

# Origens do Sistema de Inteligência dos Estados Unidos: 1775-1946

## *The Origins of United States Intelligence System: 1775-1946*

Marco Aurélio Chaves Cepik\*

### Resumo

Este artigo descreve em linhas gerais a trajetória dos serviços de inteligência governamental dos Estados Unidos da América desde a Guerra de Independência até o final da Segunda Guerra Mundial. Marcada por descontinuidades organizacionais e tensões entre objetivos políticos distintos (*e.g.* maximizar segurança do Estado e garantir as liberdades individuais previstas pela Constituição), a evolução histórica rumo à consolidação de um Sistema Nacional de Inteligência foi menos linear do que as narrativas tradicionais assumem no caso dos Estados Unidos. Primeiro, porque trata-se de um processo secular de especialização institucional nos âmbitos da Segurança Institucional, Defesa Nacional, Diplomacia e Provimento de Ordem Pública, algo em si mesmo complexo. Em segundo lugar, porque tal processo foi o resultado de pressões estruturais externas, disputas políticas internas e difusão adaptativa de soluções organizacionais. O artigo está dividido em três seções delimitadas temporalmente (1775-1865; 1865-1939; 1939-1946).

**Palavras-chave:** Inteligência Governamental, Estados Unidos, Estudos Estratégicos Internacionais.

### Abstract

This article briefly traces the trajectory of the United States of America's governmental intelligence services since the War of Independence until the end of the Second World War. Characterized by organizational discontinuity and tensions between different political goals (*e.g.* maximize state security *versus* to uphold civil liberties enshrined in the Constitution), the historical evolution towards the consolidation of a National Intelligence Systems is much less linear than assumed by traditional narratives of the United States' case. First, because it was a centennial process of institutional specialization regarding Institutional Security, National Defense, Diplomacy, and Public Order, a complex process itself. Second, because such a process was the result of external structural pressures, internal political disputes, and adaptative diffusion of organizational solutions. The article has three main parts, periodically organized (1775-1865; 1865-1939; 1939-1946).

**Keywords:** Governmental Intelligence – United States – International Strategic Studies.

\* Doutor em Ciência Política, Professor Associado na UFRGS, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, pesquisador do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). Email: marco.cepik@ufrgs.br

The Constitutional convention has done well, therefore, in so disposing of the power of making treaties, although the President must, in forming them, act by the advice and consent of the Senate, yet he will be able to manage the business of intelligence in such a manner as prudence may suggest.

John Jay, *The Federalist*, 1787-1788, nº 64.

## 1 Introdução

A recente publicação do relatório do Comitê de Inteligência do Senado dos Estados Unidos da América sobre o Programa de Detenção e Interrogatório (incluindo práticas de tortura), conduzido pela *Central Intelligence Agency* (CIA) entre 2001 e 2006, enseja uma retomada dos estudos sobre o papel e os riscos da atividade de inteligência em regimes democráticos.<sup>1</sup> Neste artigo procuro revisar as próprias origens do sistema de inteligência naquele país e sua evolução antes da criação da CIA.

Comparado com as potências europeias, a história da atividade de inteligência nos Estados Unidos é muito mais recente<sup>2</sup>. Isso não significa que não tenham tido qualquer experiência antes da II Guerra Mundial e da criação da *Central Intelligence Agency* (CIA). Ao contrário, as agências norte-americanas procuram recuar suas raízes históricas à experiência militar de George Washington nas guerras contra os franceses e contra os índios no século XVIII. Embora se trate, em grande parte, de evidente tentativa de autolegitimação, principalmente considerando a descontinuidade histórica desses esporádicos envolvimento com espionagem nos duzentos anos que precederam a criação do sistema atual, o relato desses antecedentes pode ser útil para o esclarecimento das fases mais recentes do desenvolvimento do Sistema de Inteligência norte-americano e suas implicações para as relações internacionais<sup>3</sup>.

Nesse sentido, o presente artigo mostra como surgiram os primeiros serviços de inteligência norte-americanos a partir de processos de especialização funcional de certas práticas anteriormente integradas à diplomacia, ao fazer a guerra e ao policiamento. Embora o Sistema de Inteligência americano tenha se desenvolvido de forma mais robusta a partir de 1945, algumas de suas organizações remontam ao período entre a segunda metade do século XIX (caso do órgão de inteligência da marinha, o *Office of Naval Intelligence* – ONI, criado em 1882) e as primeiras décadas do século XX (caso da divisão de inteligência da polícia federal, o FBI, criada em 1919 para combater o comunismo e o anarco-sindicalismo).

1 Na verdade, o relatório completo e classificado como secreto tem mais de 6.000 páginas, custou 40 milhões de dólares e mais de cinco anos para ser compilado. Em 09 de dezembro de 2014, o United States Senate Select Committee on Intelligence (SSCI) divulgou apenas um extrato de 525 páginas com as principais conclusões e evidências. Cf. <http://www.intelligence.senate.gov/study2014.html> (Acesso em 10/12/2014).

2 Para uma referência histórica comparativa, embora focada em um período mais recente, ver WARNER (2014); RICHELSON (1995). A configuração atual do sistema de inteligência dos Estados Unidos pode ser verificada em LOWENTHAL (2012); RICHELSON (2012). Para um levantamento bibliográfico bastante completo até a década de 1990, ver LOWENTHAL (1994).

3 Para redigir este artigo, a principal referência bibliográfica que utilizei para sintetizar o período de 1776-1946 foi o livro do renomado historiador de Cambridge, Christopher ANDREW (1995), especialmente os capítulos 1-4. Cobrindo um período bastante similar, ver também: O'TOOLE (1991), especialmente os capítulos 01 a 04. Consultei também os verbetes históricos e biográficos em O'TOOLE (1988). Outras fontes secundárias e documentos consultados estão mencionados nas notas. Para uma discussão sobre as fontes e métodos no estudo da inteligência, ver WARNER (2009).

Por um lado, o artigo demonstra como as disputas internas e debilidades organizacionais impediram um uso mais efetivo dos recursos de inteligência por parte dos Estados Unidos até a II Guerra Mundial. A partir daí, as necessidades impostas pelo Sistema Internacional fizeram com que os Estados Unidos percebessem, cada vez mais, a importância da inteligência e a importância da coordenação de esforços para obtenção de informações relevantes para a tomada de decisão. Por outro lado, fica evidente que também no caso desse país as atividades de inteligência cumpriram funções coercitivas além de informacionais (CEPIK, 2003).

A evolução das organizações de inteligência dependeu, portanto, de um desenho intencional por parte dos governantes, comandantes militares e outras autoridades, mas também decorreu, desde o início, de pressões estruturais internacionais que independem da natureza do regime político ou das doutrinas de inteligência assumidas oficialmente.

## 2 Das origens à Guerra Civil (1775-1865)

Menções ao uso de inteligência aparecem na correspondência de George Washington antes mesmo de ele assumir o comando do exército Continental em 1775, em Cambridge, Massachusetts. Ao que parece, o general americano queria evitar os erros que ele presenciara o general Braddock cometer vinte anos antes, quando os ingleses foram surpreendidos e derrotados pelos franceses a caminho de Fort Duquesne (atual Pittsburgh) em 1755. Como um dos comandantes que liderou a tomada final de Fort Duquesne em 1758, Washington valorizava informações adequadas sobre o terreno e o inimigo. Assim, durante a Guerra de Independência, os americanos usaram, pela primeira vez, espiões e informantes para relatar as movimentações das tropas britânicas.<sup>4</sup>

Ainda em 1775, o Segundo Congresso Continental estabeleceu Comitês de Correspondência na Europa para obter informações, principalmente em Londres, Dublin e Paris, onde Benjamin Franklin utilizou os recursos do comitê local durante suas negociações para obter o apoio dos franceses<sup>5</sup>. Como não se tratavam de organizações profissionais, muitos dos agentes ligados aos comitês eram apanhados. O caso mais conhecido foi o do capitão Nathan Hale, um recém-

4 "There is nothing more necessary than good intelligence, and nothing that requires greater pains to obtain". [Trecho da carta de George Washington para Robert Hunter Morris, Jan. 05, 1766. *Apud* ANDREW, 1995:546n.]. Não havia qualquer *staff* especializado em inteligência nas forças norte-americanas, formadas em grande parte por milicianos. Por isso, Washington dirigia pessoalmente muitas das operações de espionagem e logro ["*deception*"]. Para uma descrição mais detalhada (e, ao menos em certos aspectos, plena de anacronismos) de diversos aspectos das operações e da organização das atividades de inteligência, segurança e contra-inteligência durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, ver: U.S. GOVERNMENT (s/d).

5 Os Comitês de Correspondência emergiram como representações informais nas Treze Colônias, paralelamente ao poder exercido pela Coroa Britânica e seus oficiais. Inicialmente com caráter temporário e objetivos específicos, os Comitês passaram gradativamente a formalizar sua existência. Ao reunirem líderes locais e promover discussões políticas, tais organizações foram responsáveis pela disseminação das interpretações das colônias acerca das leis impostas pela Grã-Bretanha e, portanto, pela origem da mobilização contra tais atos. Na medida em que eram estabelecidos, os Comitês compartilhavam com seus semelhantes nas Treze Colônias e na Europa informações e estratégias de ação. A instituição do Primeiro Congresso Continental, por exemplo, deu-se fundamentalmente pela mobilização do Comitê de Correspondência de Maryland. O Segundo Congresso Continental consistiu, por sua vez, no encontro de representantes das Treze Colônias em 1775, na Filadélfia, com o objetivo de organizar estrategicamente o esforço de guerra a ser conduzido contra a Grã-Bretanha. O Segundo Congresso ocorreu poucos meses após o início da Guerra de Independência norte-americana e estava previsto desde sua primeira edição em 1774, caso não houvesse a suspensão dos Atos Intoleráveis. AXELROD (2002,115) aponta que o Congresso votou por mobilizar 13.600 unidades para combate contra as forças britânicas estacionadas em Boston, além de convidar milícias locais em toda a Nova Inglaterra a unirem-se à causa revolucionária.

graduado da universidade de Yale que George Washington enviara para Long Island e que foi capturado e enforcado numa esquina de Manhattan em 1776<sup>6</sup>. Além disso, a espionagem militar e a contrainformação desempenharam um papel decisivo em dois momentos da guerra: na escapada ao cerco em Valley Forge, Pennsylvania, durante o inverno de 1777-1778, e na ofensiva contra as tropas de Lord Cornwallis em Yorktown, Virginia, em 1781<sup>7</sup>.

Em 1777, após a derrota em Brandywine Creek, Washington preparou documentos falsos sobre regimentos não existentes de infantaria e cavalaria, passando-os para os ingleses por meio de agentes duplos. Segundo George O'Toole (1991, 42), essa informação fez os ingleses desistirem de lançar um ataque contra o que consideraram uma força superior, abastecida por recursos recém-chegados. Isso permitiu aos americanos ganharem tempo e escaparem de Valley Forge.

No caso de Yorktown, em 1781, os britânicos esperavam um ataque contra o general Sir Henry Clinton em Nova York desde o início do ano, quando mensageiros americanos haviam sido capturados transportando os planos para a campanha franco-americana de libertação daquela cidade. Sabendo disso, George Washington decidiu deslocar-se para o sul em agosto e tentar atacar Lord Cornwallis na Virginia. Novamente usou uma operação diversionista, enviando, por meio de agentes, indicações de que atravessaria Nova Jersey e tentaria ocupar Staten Island. Manobrando dessa forma, obteve grande vantagem durante o cerco a Yorktown.

Durante essa operação, Washington leu mensagens britânicas capturadas, decodificadas por James Lovell, um professor de Boston que é considerado o precursor da criptologia norte-americana. É curioso notar que, embora Nathan Hale seja considerado o primeiro espião dos Estados Unidos, a principal rede de espionagem organizada durante a Guerra Revolucionária de independência foi dirigida pelo major Benjamin Tallmadge. Conhecida como *Culper spy ring*, a rede dirigida por Tallmadge trabalhou, em 1788, para obter informações sobre as tropas comandadas pelo general Clinton durante a ocupação britânica da cidade de Nova York.

Como presidente dos Estados Unidos (1789-1797), George Washington requereu e o Congresso aprovou, em 1 de julho de 1790, a criação de um fundo secreto para operações diversas, que incluía desde espionagem e pagamentos de propinas a estrangeiros até o pagamento de resgates (Warner, 1987, p. 50). O *Contingency Fund of Foreign Intercourse Act* ficou conhecido e passou à história como *Secret Service Fund*, mas não deve ser confundido com o Serviço Secreto, organização criada apenas em 1865. Quando foi aprovado em 1790, o valor do fundo de contingência era de quarenta mil dólares, mas, três anos depois, chegara a um milhão e duzentos mil dólares, o que correspondia então a 12% do orçamento federal. Jamais na história posterior do governo norte-americano o orçamento secreto chegou a um percentual tão alto do orçamento federal. Questionado pelo Senado sobre os usos específicos e os destinatários dessas verbas secretas, Washington conseguiu a aprovação do entendimento

6 Considerado oficialmente como o primeiro espião dos Estados Unidos, Nathan Hale aparece em selos filatéticos comemorativos e tem duas estátuas, uma no *campus* antigo da universidade de Yale e outra na frente da sede da CIA em Langley-VA. Cf. o verbete biográfico em: O'TOOLE (1988).

7 Para um enquadramento da Guerra de Independência norte-americana a partir do programa de pesquisa clausewitziano, com o desenvolvimento original de uma teoria da logística e uma análise mais detalhada da Campanha de Saratoga (1777), ver DUARTE (2013), especialmente o capítulo 4.

de que o poder executivo deveria apenas informar ao Congresso os montantes gastos, mantendo segredo a respeito dos usos específicos e das fontes de informações.

Do mandato de George Washington até o período da Guerra Civil, o interesse da presidência no uso da espionagem declinou fortemente. Nesse sentido, tanto na guerra de 1812 contra a Inglaterra, quanto na guerra de 1846 contra o México, as narrativas históricas ressaltam a grosseira falta de informações militares sobre as capacidades e intenções dos adversários, bem como a resistência dos dirigentes políticos em modificar suas convicções à luz de evidências e alertas avançados.

Em 1814, por exemplo, o exército só detectou o avanço britânico quando as tropas estavam a apenas vinte e cinco quilômetros de Washington D.C. Ainda assim, o secretário da Guerra, John Armstrong, recusou-se a acreditar que os britânicos realmente fossem atacar a capital da república e não tomou precauções para evacuar a cidade até que a invasão tivesse começado. O resultado foi que os soldados britânicos tomaram literalmente a sopa quente posta sobre a mesa do presidente Madison, pouco antes de queimarem a mansão executiva, a qual, depois de reconstruída, passou a ser chamada de *White House* por causa da tinta utilizada para ocultar as marcas do incêndio.

Na guerra de 1846, somente depois de um ano de hostilidades, num lugar em que sequer o terreno era conhecido adequadamente, o então presidente Polk autorizou a criação de uma força de reconhecimento avançado chamada de *Mexican Spy Company*. Formada basicamente por bandoleiros, a companhia era dirigida por Manuel Rodríguez e foi remunerada em pouco mais de dezesseis mil dólares por seus serviços. A “companhia” operou especialmente durante as batalhas que antecederam a ocupação da capital mexicana.

Já durante a Guerra Civil (1861-1865), a União e os Confederados utilizaram serviços de inteligência razoavelmente regulares. Inicialmente, Lincoln contratou a agência de detetives Pinkerton e usou forças policiais como os *U.S. Marshals* para uma campanha – algo caótica – contra o “inimigo na retaguarda”. Os exageros cometidos na luta contra a “subversão”, junto com as falhas do primeiro comandante do exército do Potomac, general McClellan, que hesitou em atacar os sulistas em Richmond durante a campanha de 1862, levaram Lincoln a demitir McClellan junto com seu chefe de inteligência, o próprio Allan Pinkerton<sup>8</sup>. Em 1863, foi criado o *Bureau of Military Intelligence*, um órgão com foco de atuação mais definido e subordinado ao novo comandante do exército do Potomac. Sob as ordens do general George G. Mead, o *Bureau* passou a ser uma força razoavelmente efetiva, adquirindo prestígio, principalmente, por informar sobre a força e a movimentação dos Confederados antes e durante a batalha de Gettysburg.

Porém, como os departamentos da Marinha, do Estado e da Guerra operavam unidades de inteligência separadas, as recém-iniciadas operações de interceptação de comunicações e de reconhecimento padeciam da falta de recursos e de coordenação. Mesmo assim, em 1863,

8 O Exército de Potomac fora a principal força de combate utilizada pela União na Guerra de Secessão norte-americana, representando a figura de Abraham Lincoln. Surgido da fusão entre o que restou do derrotado Exército da Virgínia Nordeste com as forças dos Departamentos de Washington, da Pensilvânia e de Shenandoah e sob o comando do General George McClellan, o Potomac tinha dois objetivos primários: o primeiro consistia em combater o Exército Confederado da Virgínia do Norte e o segundo em proteger a cidade de Washington D.C. da investida sulista. Segundo AXELROD (2002, 256), o Potomac surgiu da destacada capacidade organizadora de McClellan, que conseguiu transformar o conjunto de unidades indisciplinadas em um exército organizado. Todavia, suas habilidades de comando no campo de batalha foram consideradas insuficientes a frente do Exército do Potomac.

os criptoanalistas (*codebreakers*) da União decodificaram mensagens de telégrafo que revelaram onde a moeda dos confederados estava sendo cunhada e impressa em Nova York. As matrizes e vários milhões de dólares Confederados foram apreendidos em Manhattan por agentes do *U.S. Marshals*. Antes disso, em 1861, foi realizada a primeira transmissão de informações de uma plataforma aérea para a terra – no caso, um balão equipado com telégrafo que enviava informações diretamente para Lincoln na Casa Branca. Mesmo tendo sido desmobilizado dois anos mais tarde, o *Balloon Corps* da União foi reconhecido, principalmente, por ter detectado sozinho uma importante concentração de tropas Confederadas preparando-se para atacar Fair Oaks, na Virginia. Do lado Confederado, além de um uso mais intenso de espões, destacou-se também o *Signal and Secret Service Bureau*, dedicado principalmente à criptologia e à obtenção de jornais e de outras fontes ostensivas de informações do norte<sup>9</sup>.

Em 1865, logo após o fim da Guerra Civil e do assassinato de Lincoln, alguns quadros do recentemente desmobilizado *Bureau of Military Intelligence* foram aproveitados na criação do *U.S. Secret Service* (USSS), uma organização subordinada ao Departamento do Tesouro e inicialmente dedicada a combater a falsificação e outros crimes contra a moeda. Desde 1902, menos de um ano depois do assassinato do presidente McKinley, o Serviço Secreto tornou-se também responsável por prover segurança pessoal para o presidente e os membros do governo, uma de suas atribuições centrais até hoje.

### 3 Inteligência Governamental na Era Industrial (1865 – 1939)

Nas duas décadas seguintes, a ausência de ameaças relevantes e presidências relativamente passivas aos assuntos internacionais e de defesa conjugaram-se para manter o governo norte-americano afastado das atividades de inteligência.

Todavia, a Guerra do Pacífico (1879-1882), na qual o Chile lutou contra a Bolívia e o Peru, incentivou os departamentos da Marinha e da Guerra a reconstruir serviços permanentes de inteligência. Em 1882, foi criado o *Office of Naval Intelligence* (ONI), enquanto o exército criaria, em 1885, sua *Military Intelligence Division* (MID). A influência da Guerra do Pacífico foi clara, embora a criação das novas organizações nos Estados Unidos também tenha sido influenciada por outros fatores. Por meio dos acordos de Ancón, o Chile obteve o controle da região salitreira que se estende de Antofagasta a Tacna, tomando da Bolívia o que era então seu litoral, ao norte do deserto de Atacama. A Guerra do Pacífico introduziu aspectos da moderna guerra naval no hemisfério ocidental, e a criação do ONI decorreu diretamente da descoberta de que a frota chilena à época era maior do que a frota norte-americana. Combinado à corrida imperialista da Europa, cujo marco foi a Conferência de Berlim sobre a partilha da África em 1884, e aos temores de intervenção europeia nas Américas, esse foi o principal fator impulsor da modernização da frota norte-americana e da criação dos novos departamentos de inteligência.

Entretanto, a criação simultânea pela Marinha e pelo Exército de seções especializadas em inteligência nos respectivos estados-maiores refletia também a tendência internacional

<sup>9</sup> Cf. U.S GOVERNMENT (1996: A2).

de integração paulatina dessa função informacional à organização típica dos estados-maiores gerais baseados no modelo prussiano, o qual evoluíra desde o final das Guerras Napoleônicas (1815) até a vitória contra a França (1870). Apenas para citar um exemplo, a Grã-Bretanha introduziu no *War Office* e no comando do Almirantado as figuras de diretores de inteligência, responsáveis pelo monitoramento da evolução das forças estrangeiras, ambos na década de 1880<sup>10</sup>.

No caso dos Estados Unidos, o ONI era formado inicialmente por quatro oficiais e a MID consistia de um único oficial, enquanto alguns analistas civis auxiliavam em ambas as organizações. Mais tarde, sob a direção de Theodore Roosevelt, primeiro como Secretário Assistente da Marinha e depois como Presidente, os serviços de inteligência foram fortalecidos, atuando não somente na Guerra de 1898 contra a Espanha, mas também apoiando ativamente a campanha de 1907 pela construção da “Grande Frota Branca” norte-americana, com a qual Roosevelt pretendia projetar os Estados Unidos como potência global.

Além de direcionar as análises de inteligência para justificar suas políticas, considera-se também que Ted Roosevelt foi o primeiro presidente norte-americano a utilizar, em tempo de paz, o que posteriormente ficaria conhecido como “ação encoberta”. No contexto do chamado corolário Roosevelt da doutrina Monroe (qual seja, o uso do *big stick* para garantir o exercício de poderes de polícia na região), o uso de operações encobertas foi antecipado pelo incitamento à rebelião do Panamá contra a Colômbia, em dezembro de 1903, por meio da qual os Estados Unidos obtiveram a concessão do Canal dois meses mais tarde.

No começo do século XX, o uso de recursos de inteligência para fins militares ou de política externa foi acompanhado pelo fortalecimento dos aparatos de segurança e vigilância internos.

Em 1908, foi criado o *Bureau of Investigation* (BOI) do Departamento de Justiça, uma polícia federal com atribuições de investigação criminal e combate contra a “subversão”, representada, à época, principalmente pelo sindicalismo e pelo movimento anarquista. Inicialmente, a nova agência foi formada com alguns agentes fornecidos pelo Serviço Secreto do Departamento do Tesouro (USSS). Porém, em 1916 o *Bureau* já empregava mais de trezentos policiais e possuía missões diversificadas, as quais iam desde a perseguição de criminosos interestaduais até o combate ao contrabando na fronteira com o México, a espionagem na América Central e a repressão contra os “subversivos”. A mais importante força policial dos Estados Unidos seria renomeada em 1935, tornando-se o *Federal Bureau of Investigation* (FBI)<sup>11</sup>.

A atual *National Security Division* (inteligência) do FBI surgiu ainda em 1919, quando era chamada de *Radical Division*. A causa imediata de sua criação foi a ocorrência, logo após a I Guerra Mundial, do chamado *Big Red Scare*, um temor quase histórico de que uma revolução comunista pudesse eclodir nos Estados Unidos como ocorrera na Rússia e na Alemanha.

10 De modo geral, na virada do século XX, a maioria dos países já incorporara a divisão entre as seções de operações e de inteligência em seus estados-maiores, embora ainda na II Guerra Mundial as funções de ambas fossem algo sobrepostas e confusas. Sobre inteligência militar, ver: HANDEL (1989). Do mesmo autor, ver: HANDEL (1990). Ver ainda: MCKERCHER & NEILSON (1992), KEEGAN (2003) e FERRIS (2005). Por fim, vale mencionar o artigo de BURKE (1999) e o mais recente trabalho de KENNEDY (2013), principalmente no que se refere ao impacto da inovação tecnológica e uma ponderada apreciação do papel da inteligência durante a guerra.

11 Uma extensa bibliografia comentada sobre o FBI foi preparada por THEOHARIS (1994). Sobre a história do FBI, ver também THEOHARIS (1993); KESSLER (1993; 2003). Para uma perspectiva mais atualizada sobre a historiografia do FBI em conexão com os Estudos de Inteligência, ver JEFFREYS-JONES (2009).

Treinados pelo Serviço Secreto na luta contra os sindicalistas anarquistas, a então *Radical Division* se especializou em combater os “comunistas”. Mais tarde, a divisão passou a ser chamada de *General Intelligence* e, posteriormente, de *Intelligence Division*, adquirindo a denominação atual apenas nos anos 1990.

A divisão de inteligência do órgão foi dirigida desde a sua criação por J. Edgar Hoover, um jovem promotor cujo desempenho à frente da caçada aos dissidentes internos e “comunistas” catapultou sua carreira à Direção-Geral do *Bureau*, assumida por ele em 1924, aos 28 anos. Hoover se manteve no cargo até sua morte, em 1972. Além da chamada inteligência interna ou de segurança, a contraespionagem foi acrescida à lista de missões da divisão de inteligência do *Bureau* logo após a I Guerra Mundial, especialmente devido aos esforços alemães de espionagem e sabotagem durante a guerra, mas também de modo a monitorar os britânicos.

De fato, a inteligência britânica desempenhou um papel significativo no processo que levou ao envolvimento militar norte-americano na guerra. Nem mesmo o presidente Woodrow Wilson, que, em 1914, ainda defendia o uso da diplomacia aberta e sequer acreditava que os demais governos europeus utilizassem espionagem ou operações encobertas como ferramentas regulares de governo, conseguiu manter seu ceticismo diante das revelações sobre as campanhas de sabotagem e propaganda alemã em território norte-americano. Por seu turno, segundo Andrew (1995, 30-74) quando os alemães afundaram o navio britânico *Lusitania* em 1915, ocasionando a morte de 128 americanos, os serviços de inteligência britânicos exploraram o impacto causado na opinião pública norte-americana, em campanha para romper a neutralidade dos Estados Unidos.

O ponto de ruptura foi alcançado em 1917, quando foram apresentadas ao presidente Wilson as interceptações decodificadas do tráfego diplomático e naval alemão, com evidências de que os alemães tentavam atrair o governo mexicano para a guerra com os Estados Unidos em troca do Texas, Arizona e Novo México caso a Alemanha fosse vitoriosa. Conhecidas coletivamente como Telegrama Zimmerman, as comunicações interceptadas foram importantes na polêmica que desencadeou a sessão conjunta do Congresso de 2 de abril de 1917, na qual os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha.

Em junho daquele mesmo ano, o exército criou uma seção de inteligência de sinais encarregada de construir códigos seguros para as comunicações militares e de interceptar e decodificar o tráfego de comunicações inimigas. Conhecida como MI-8 no exército e como *Cypher Bureau* no governo, a organização era subordinada à divisão de inteligência do estado-maior. Desde a sua criação, foi dirigida por Herbert Yardley, um operador de telégrafo e autodidata em criptologia que trabalhava para o Departamento de Estado desde 1912. Durante a I Guerra Mundial, Yardley recebeu a patente de tenente para comandar o *Cypher Bureau* da MID.

Os principais alvos da pequena equipe de vinte e cinco pessoas (tradutores, matemáticos, linguistas e auxiliares) foram os códigos alemães, espanhóis e latino-americanos. Em 1919, após as conferências de paz de Versalhes, a organização de Yardley tornou-se conhecida como *American Black Chamber* e passou a ser mantida com fundos dos Departamentos de Estado e da Guerra<sup>12</sup>. Seu maior sucesso foi a decodificação do tráfego diplomático japonês

<sup>12</sup> Sobre a experiência da *American Black Chamber*, ver RICHELSON (1995, 69-77) e também KAHN (1996, 351-369).

durante a Conferência Naval de Washington, em 1921. Mesmo com orçamento e prestígio declinantes ao longo dos anos de 1920, a organização teria resolvido, entre 1917 e 1929, mais de 45.000 telegramas codificados de Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, China, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Espanha, França, Grã-Bretanha, Japão, Libéria, México, Nicarágua, Panamá, Peru e União Soviética. Entretanto, o recém-eleito presidente Herbert Hoover não considerou esse sucesso como condição suficiente para sua manutenção e ordenou o fim da pequena organização. Além dos recursos cada vez mais escassos fornecidos pelos Departamentos da Guerra e de Estado, a legislação também se tornava paulatinamente mais restritiva. Como a *Black Chamber* não possuía recursos para a interceptação de sinais de rádio, dependia bastante da cooperação das companhias *Western Union Telegraph* e *Postal Telegraph*, bem como, após 1923, da Guarda Costeira. Como, a partir das provisões do *Radio Act of 1927*, a interceptação e a divulgação de telegramas passara a ser proibida, essa cooperação cessou, destituindo Yardley de fontes de informação. Finalmente extinta em 1929, os recursos e acervos de códigos da *Black Chamber* foram transferidos para o novo órgão de sinais do exército, o *Signal Intelligence Service*, dirigido por William F. Friedman<sup>13</sup>.

Sintetizando coisas aparentemente tão díspares como o clima isolacionista e o auge do otimismo wilsoniano, o então Secretário de Estado Henry Stimson declararia anos mais tarde que “cavalheiros não leem a correspondência uns dos outros”<sup>14</sup>. Assim, foi apenas sob a presidência de Franklin D. Roosevelt e já durante a II Guerra Mundial que terminou definitivamente a época da inocência nos Estados Unidos, ao menos em relação às atividades de inteligência.

## 4 II Guerra Mundial e o debate sobre a CIA (1939-1946)

As primeiras tentativas de coordenar os esforços dos departamentos da Marinha, Justiça, do Estado e da Guerra ocorreram entre 1939 e 1941, quando foi criado o *Office of Coordination of Information* (COI). A criação do COI, contudo, não superou a preferência de Roosevelt por canais privados de informações sobre acontecimentos no exterior<sup>15</sup>. Por meio desses canais pessoais e de interesses comuns, a cooperação entre Grã-Bretanha e Estados Unidos começou no início da guerra europeia, antes mesmo de Churchill se tornar primeiro-ministro no lugar de Neville Chamberlain.

13 Falido e com raiva durante a recessão do início dos anos 1930, Yardley escreveu vários livros sobre os códigos e operações norte-americanas à época. Apreendido pela justiça, o manuscrito original de *The American Black Chamber* só foi “desclassificado” em 1979. Como decorrência, o Congresso aprovou em 1933 uma lei criminalizando empregados do governo que concedessem informações sobre fontes, métodos e produtos de Inteligência de sinais. Cf. RICHELSON (1995, 69-77). Ainda em vigor, essa legislação aparece como item 952 do capítulo 18 do *U. S. Code*, podendo ser acessada em: <http://uscode.house.gov/view.xhtml?req=granuleid:USC-prelim-title18-section952&num=0&edition=prelim>. Acesso em: 14/05/2014.

14 A sempre citada frase de Stimson [*“Gentlemen do not read each other’s mail”*] foi escrita na verdade em 1940, quando ele já havia deixado o Departamento de Estado e era Secretário da Guerra de Roosevelt. A frase pretendia explicar por que os Estados Unidos tinham operações de interceptação contra o Japão, mesmo nos diferentes contextos históricos da paz e da guerra. Cf. HOLT (1995: 23). Para uma abordagem mais detalhada acerca da atuação da inteligência Americana no período entre guerras, ver ANGEVINE (1992).

15 Para FDR: *“Intelligence was little more what a military attaché could learn at dinner over the coffee cups”*. Apud LOWENTHAL (1992, 07).

Nesse sentido, apesar de certo exagero nos relatos históricos disponíveis, o agente William Stephenson, do *Secret Intelligence Service* britânico (o SIS, conhecido como MI-6), parece ter cumprido um papel destacado como mediador na relação entre Churchill e Roosevelt. Considerando a atitude no mínimo ambígua em relação a Alemanha de Chamberlain e do embaixador norte-americano em Londres, Joseph Kennedy (pai do futuro presidente John F. Kennedy), Stephenson teria mediado, sem o conhecimento de ambos, o intercâmbio de informações e acordos nas áreas de pesquisa nuclear e de operações de inteligência. Certo é que Stephenson chegou a Washington em maio de 1940 e foi posto em contato com o diretor do FBI e com William Donovan, um veterano da I Guerra que Roosevelt nomeara chefe do COI. Sendo um Republicano ativo e advogado milionário com então 57 anos, Donovan era aceitável para Churchill e isso facilitou o intercâmbio entre os serviços britânico e norte-americano durante a guerra. Conhecido desde a juventude como “*Wild Bill*”, Donovan viajou extensamente pela Europa ocidental e pelos Bálcãs entre 1940 e 1941, enviando posteriormente Allen Dulles para a Suíça, de onde foram coordenados os principais esforços norte-americanos de espionagem durante a II Guerra<sup>16</sup>.

Enquanto isso, em Washington, a nova agência não era bem recebida pelo ONI, MID e FBI. De um lado, o almirante Nimitz e o general MacArthur garantiram exclusividade para o ONI e para a MID nas operações de inteligência na região do Pacífico. De outro, o diretor do FBI J. Edgar Hoover também lutou para manter as “suas” operações e conseguiu de Roosevelt a exclusividade nas atividades de espionagem nas Américas Central e do Sul. Sendo assim, as atividades do COI ficaram restritas aos teatros europeu e norte-africano e ao Oriente Médio.

A despeito das tentativas de coordenação, os Estados Unidos entraram na guerra em dezembro de 1941, após o ataque dos japoneses à frota do Pacífico, cujo comando estava sediado em Oahu, no arquipélago do Hawaii. Como se sabe, em 7 de dezembro de 1941, uma força-tarefa japonesa comandada pelo contra-almirante Nagumo e formada por 33 vasos de guerra, dos quais seis porta-aviões, chegou a 354 quilômetros ao norte de Oahu, de onde foram lançadas duas ondas sucessivas de ataque, envolvendo 350 aeronaves de caça e bombardeio. Foram afundados ou pesadamente danificados 18 navios de guerra e 190 aeronaves de combate norte-americanas, além de 2.403 mortos e 1.178 feridos. Os porta-aviões norte-americanos não foram atingidos, pois haviam sido deslocados de Oahu previamente. O ataque a Pearl Harbor passou a ser considerado pelos norte-americanos como a maior falha estratégica de inteligência até então em sua história<sup>17</sup>.

16 Allen W. Dulles, advogado bem-sucedido de Wall Street, começou sua carreira de espião no OSS (Office of Strategic Services) durante a II Guerra. Neto de um Secretário de Estado e sobrinho de outro, Dulles ingressou na carreira diplomática (U. S. Diplomatic Service) em 1916, na esperança de um dia ser o terceiro secretário de estado da família. Em 1953, foi nomeado pelo presidente Eisenhower como Director of Central Intelligence (DCI) da CIA, onde permaneceu até 1961. Juntamente com seu irmão John Foster Dulles, Secretário de Estado no governo Eisenhower, Allen Dulles promoveu uma expansão global das atividades da CIA em um período posterior ao analisado neste artigo. Para um primeiro aprofundamento sobre este período posterior da história da CIA, remetemos o leitor para CORKE (2009).

17 A melhor análise disponível sobre o episódio, do ponto de vista das falhas de inteligência, é o trabalho de WOHLSTETTER (1962). A extensão do ataque e o deslocamento prévio dos porta-aviões alimentaram dúvidas sobre a existência de conspiração no governo Roosevelt para permitir o ataque e vencer as resistências à estratégia oficial norte-americana na guerra contra o Eixo. Embora ainda reste dúvida razoável em torno da tese da conspiração, predomina a convicção de que, a despeito de diversos indicadores e sinais de que os japoneses poderiam atacar diretamente os Estados Unidos, a liderança em Washington D.C. (nomeadamente o secretário da Guerra Henry Stimson, o chefe do estado-maior do exército gen. George Marshall e os diretores do ONI e da MID) parecia mesmo acreditar que o passo japonês seguinte ao fracasso das negociações em torno do bloqueio estabelecido pela Inglaterra, Estados

Na Europa, o COI foi renomeado como *Office of Strategic Services* (OSS) em meados de 1942, sendo subordinado ao então recém-criado estado-maior conjunto das forças armadas, o *Joint Chiefs of State* (JCS). Recrutados nas universidades da costa leste dos Estados Unidos e treinados pelos britânicos, os quadros do OSS eram organizados em seções especializadas de pesquisa e análise (RAB), treinamento e atribuição de missões, espionagem, contra-inteligência (X-2), propaganda, subversão, sabotagem e operações paramilitares. Embora a contribuição do OSS para o esforço geral de guerra tenha sido relativamente limitada, a organização não só formou uma geração de analistas e operadores, mas também estabeleceu uma tradição diferente da britânica ao colocar os dois grupos numa mesma agência. Entretanto, além da desconfiança do próprio JCS sobre a validade geral das operações de espionagem e de resistência no teatro europeu, o OSS encontrou obstáculos na competição burocrática com as capacidades de inteligência desenvolvidas pelas próprias forças armadas, pelo FBI e pelo Departamento de Estado<sup>18</sup>.

No âmbito das forças armadas, destaca-se, na experiência norte-americana da II Guerra, o desempenho de suas unidades de reconhecimento aerofotográfico para produção de inteligência de imagens, bem como os esforços conjuntos com os britânicos na área de inteligência de sinais. Os ataques anglo-americanos aos códigos de comunicação japoneses e alemães são reconhecidos como um capítulo importante da história da II Guerra Mundial. A ruptura do código naval japonês JN25b, por exemplo, desempenhou papel decisivo nas batalhas do Mar de Coral e de Midway em 1942, bem como na emboscada e assassinato do Almirante Yamamoto em 1943. Do mesmo modo, desde as primeiras soluções (que receberam o código ULTRA) para as mensagens codificadas pelas máquinas alemãs ENIGMA em 1940, o esforço aliado em inteligência de sinais foi decisivo para encurtar a guerra, especialmente durante a Batalha do Atlântico<sup>19</sup>.

Com a morte de Roosevelt ao final da guerra, Harry Truman deu menos importância para as ações do OSS, embora Donovan tenha feito intensa campanha por uma organização civil que se reportasse diretamente ao presidente. Além dos temores da mídia sobre o risco de se reproduzir o modelo “Gestapo” nos Estados Unidos, o OSS também foi vítima de seu afastamento do teatro de operações do Pacífico, onde Truman envolveu-se profundamente até o lançamento das bombas atômicas e a rendição do Japão. Derrotado na luta palaciana, Donovan foi comunicado por carta do encerramento das atividades do OSS em setembro de 1945<sup>20</sup>.

---

Unidos e Holanda seria um ataque ao sul, nas Filipinas, Malásia, Borneo ou mesmo Austrália. Falha estratégica da inteligência norte-americana em termos de coleta, análise e disseminação, Pearl Harbor também demonstrou a fragilidade da sua contra-inteligência, pois as medidas japonesas de *comsec* e de “*deception*” que precederam o ataque permitiram-lhes obter surpresa estratégica.

18 O *Research and Analysis Branch* do OSS foi a base de toda a experiência norte-americana de produção de inteligência entre a II Guerra e a década de 1960. Sobre o papel da análise e das estimativas no período anterior às duas Guerras Mundiais, ver o excelente livro editado por MAY (1986), especialmente o capítulo escrito por KAHN (1986) a respeito dos Estados Unidos.

19 Cf. RICHELSON (1995, 173-196). Um detalhamento da cooperação técnica anglo-americana durante a Segunda Guerra Mundial pode ser encontrado em SMITH (1988); WARNER (2014, 97-130); KAHN (1996, 478-512).

20 Trata-se da *Executive Order* # 9.621, de 20 de setembro de 1945 [*Termination of the Office of Strategic Services and Disposition of Its Functions*]. A mesma ordem executiva transferiu as seções de Pesquisa & Análise (RAB) e de Propaganda para o Departamento de Estado, enquanto as demais seções (espionagem, contra-inteligência, sabotagem *etc.*) foram transferidas para o Departamento da Guerra e unificadas em uma *Strategic Services Unit*. O então secretário de Estado James Byrnes foi instruído a organizar uma nova agência para coordenar a coleta de Inteligência externa. Cf. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=60673>. Acesso em: 15/05/2014.

Como continuidade aos debates que vinham ocorrendo durante a guerra, em junho de 1945 o secretário da Marinha James Forrestal encomendou um relatório sobre a reorganização e unificação dos serviços militares. O estudo dirigido pelo empresário Ferdinand Eberstadt recomendava a criação de uma agência central de inteligência, a formação de um conselho de segurança nacional e a unificação, sob uma autoridade comum, de três departamentos militares formados pela marinha, pelo exército e por uma força aérea independente do exército a ser criada<sup>21</sup>. Embora militares e diplomatas concordassem, em tese, com mais coordenação e unificação, na prática, a competição burocrática e o temor da perda de recursos escassos paralisaram qualquer decisão imediata.

Em posse de alternativas contraditórias e desprovido de uma fonte confiável e centralizada de informações na área de segurança nacional, além de vagamente comprometido com a ideia de “evitar um novo Pearl Harbor”, o presidente Truman assinou, em janeiro de 1946, a diretriz presidencial que estabeleceu a *National Intelligence Authority* (NIA) e o *Central Intelligence Group* (CIG), ambos coordenados pelo *Director of Central Intelligence* (DCI).

Desenhados muito mais como comitês de coordenação entre agências separadas do que como organizações autônomas, a NIA e o CIG dependiam da habilidade de seu diretor central. O primeiro DCI, Rear Admiral Sidney Souers, aceitou relutantemente a posição e ocupou o cargo por apenas seis meses.

Foi o segundo DCI, Lieutenant General Hoyt Vandenberg, que garantiu condições administrativas e expandiu as operações de coleta e análise do CIG, influenciando a legislação que estava sendo encaminhada ao Congresso para criação de uma agência autônoma com orçamento próprio. Foi também durante seu mandato que o CIG preparou a primeira estimativa nacional de inteligência (NIE) sobre as intenções e capacidades da União Soviética. Antecipando-se à legislação que vinha sendo considerada, Vandenberg criou, em dezembro de 1946, o *Office of Special Operations* (OSO), um braço operacional para a coleta de informações no exterior, dedicado principalmente à espionagem e formado por veteranos da organização de Donovan. Naquele momento, o número total de quadros do CIG era de 1.816 pessoas.

A movimentação do DCI Vandenberg refletia, ao menos parcialmente, o aprofundamento da Guerra Fria. Embora seja polêmico afirmar quando a Guerra Fria realmente começou (se foi apenas na conferência de Potsdam em agosto de 1945, se foi durante a II Guerra ou mesmo se ocorria desde a Revolução Bolchevique de 1917), sem dúvida o confronto consolidou-se ao longo de 1946 com o agravamento da tensão após a crise iraniana e as disputas diretas em diversas frentes (China, testes atômicos, reparações de guerra alemãs, Balcãs *etc.*).

Isso levou à fixação de bases doutrinárias para o conflito no começo de 1947. Nos Estados Unidos, os marcos históricos iniciais da escalada na Guerra Fria foram o discurso feito por Churchill em 1946 sobre a Cortina de Ferro no leste europeu, e a chamada Doutrina Truman sobre a necessidade de apoiar as nações ameaçadas pela União Soviética. Na sessão conjunta do Congresso de 12 de março de 1947, a doutrina de Truman foi formulada como justificativa para os 400 milhões de dólares que o presidente pedia aos parlamentares para “salvar” a Grécia e a

<sup>21</sup> Segundo LOWENTHAL (1992, 14), seria provável que o *Eberstadt Report* estivesse prevendo apenas um papel coordenador para essa agência central, não sua transformação numa agência de análise e produção de Inteligência. Na minha opinião, a experiência prévia do RAB no OSS não autoriza essa interpretação.

Turquia da ameaça comunista. A reação soviética à Doutrina Truman se consolidou por meio do chamado Discurso Zhdanov sobre o antagonismo irreduzível entre o socialismo e o capitalismo<sup>22</sup>.

Nesse contexto de maior tensão internacional, em 26 de julho de 1947, o governo Truman conseguiu aprovar no Congresso o *National Security Act*, a lei que criou as bases da institucionalidade de defesa e inteligência do pós-guerra. A nova legislação criou o Conselho de Segurança Nacional (NSC), um embrião do que seria mais tarde o Departamento de Defesa (DoD), uma força aérea (USAF) separada do exército e uma agência central de inteligência (CIA) em substituição ao CIG, além de ter especificado algumas funções do estado-maior conjunto (JCS).

## 5 Conclusão

Para o Congresso Nacional dos Estados Unidos, a criação da CIA implicava custos de decisão política menores do que a unificação das forças armadas sob uma autoridade civil comum, como o Departamento de Defesa, ou mesmo o Estado-Maior Conjunto (*Joint Chiefs of Staff*) das forças armadas, criado pela mesma lei que criou a CIA<sup>23</sup>. Além disso, a vagueza das missões e poderes da nova agência facilitava sua aprovação pelos parlamentares. Assim, o debate em relação a essa seção do *National Security Act* restringiu-se à proibição de que a CIA tivesse quaisquer poderes de polícia ou atribuições domésticas em inteligência, além de especificar sua subordinação ao NSC e prever que militares da ativa que se tornassem DCIs fossem proibidos de comandar unidades de combate<sup>24</sup>. Porém, mesmo essas preocupações com o controle civil e a garantia das liberdades individuais dos cidadãos norte-americanos foram discutidas bastante superficialmente pelo Congresso, o que projetaria uma sombra sobre o futuro da agência e sua legitimidade.

A criação da CIA e o contexto internacional da Guerra Fria deram início a um período decisivo para a formação da *Intelligence Community* (IC). Embora os problemas de coordenação burocrática não tenham sido necessariamente resolvidos, tinha início um período em que a inteligência deixaria de ser esporádica, e passaria a ocupar lugar de destaque na política americana.

Como visto ao longo do artigo, o processo de institucionalização do Sistema de Inteligência norte-americano ganha força, em especial, a partir de 1939, motivado pelos novos desafios levados aos Estados Unidos pela II Guerra Mundial e pelo incipiente conflito com

22 Ver GADDIS (1988). Para uma avaliação atualizada do *Cold War International History Project* (CWIHP), ver: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/theme/cold-war-history>. Acesso em: 15/05/2014. Para o acompanhamento dos estudos históricos sobre inteligência ver publicações da *International Intelligence History Association* (IIHA).

23 Nas sessões do Congresso que discutiram a criação da CIA, merece destaque um diálogo ocorrido durante o testemunho de Allen Dulles, ex-chefe de operações do OSS na Suíça e futuro DCI. Perguntado por um deputado Republicano se a nova agência não requeria muito pessoal para funcionar e não acabaria transformando-se numa grande burocracia, Dulles respondeu: "*I do not believe in a big agency (...) You ought to keep it small. If this thing gets to be a great big octopus, it should not function well. Abroad, you will need a certain number of people, but it ought not to be a great number. It ought to be scores rather than hundreds*". In: House Committee on Expenditures in the Executive Departments. *National Security Act of 1947, Hearings*, 80<sup>th</sup> Congress, 1<sup>st</sup> Session, 1947, pages 28-29. *Apud* HOLT (1995, 199).

24 O *National Security Act* recebeu diversas emendas desde sua aprovação em 26 de julho de 1947. Assim, referências ao *National Security Act "as amended"* indicam que a autoridade legal sendo discutida foi introduzida depois de 1947 e substituiu partes da lei original. Para maiores informações acerca da legislação de inteligência nos Estados Unidos até 2003, ver U.S GOVERNMENT (2003).

a União Soviética. Contudo, as necessidades de informação privilegiada para a tomada de decisão são fatores inerentes à política externa e de segurança nacional e levaram os dirigentes norte-americanos, na maioria das vezes, a recorrer a atividades de inteligência ao longo da história dos Estados Unidos, ainda que de forma desorganizada e não institucional. Os antecedentes aqui apresentados demonstram a evolução burocrática, plena de disputas por poder e recursos escassos, de um dos sistemas de inteligência mais ativos, controversos e relevantes para a política internacional.

## Referências bibliográficas

- ANDREW, Christopher. 1995. *For the President's Eyes Only: Secret Intelligence and the American Presidency from Washington to Bush*, 1ª ed. New York: HarperCollins. 660 p.
- ANGEVINE, Robert. 1992. *Gentlemen do read each other's mail: American intelligence in the Interwar Era*. *Intelligence and National Security*, Vol. 7, Nº 2, 1992, p. 1-29.
- AXELROD, Alan. 2002. *America's Wars*. New York: John Wiley & Sons Inc. 550 p.
- BURKE, Colin. 1999. *Automating American Cryptanalysis 1930-45: Marvelous Machines, a Bit Too Late*. *Intelligence and National Security*, Vol. 14, Nº 1, 1999, p. 18-39.
- CEPIK, Marco. 2003. *Espionagem e Democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 232 p.
- CORKE, Sarah-Jane. 2009. *The Eisenhower Administration and Psychological Warfare*. *Intelligence and National Security*, Vol. 24, Nº 2, 2009, p. 277-290.
- DUARTE, Érico E. 2013. *A Independência Norte-Americana: guerra, revolução e logística*. Porto Alegre: Leitura XXI, 248 p.
- FERRIS, John R. 2005. *Intelligence and Strategy: Selected Essays*. New York: Routledge. 395 p.
- GADDIS, John. 1988. *Intelligence, Espionage and the Cold War Origins*. In: Thirteenth Military History Symposium: The Intelligence Revolution: A Historical Perspective. Colorado Springs: United States Air Force Academy.
- HANDEL, Michael I. 1989. *War, Strategy and Intelligence*. London: Frank Cass and Company Limited.
- HANDEL, Michael I. 1990. *Intelligence and Military Operations*. Abingdon: Routledge.
- HOLT, Pat M. 1995. *Secret Intelligence and Public Policy*. Thousand Oaks: CQ Press College.
- JEFFREYS-JONES, Rhodri. 2009. *The Historiography of the FBI*, p. 39-51. In: JOHNSON, Lock K. Ed. *Handbook of Intelligence Studies*. New York: Routledge, 382 p.
- KAHN, David. 1986. *United States Views of Germany and Japan in 1941*, p. 476-501. In: May, Ernest R. *Knowing One's Enemies: Intelligence Assessment Before the Two World Wars*. New Jersey: Princeton University Press.
- KAHN, David. 1996. *The Code-Breakers: The Story of Secret Writing*. 2nd ed. New York: Scribner.

- KEEGAN, John. 2003. *Intelligence in War: Knowledge of The Enemy From Napoleon to Al-Qaeda*. New York: Alfred A. Knopf.
- KENNEDY, Paul M. 2014. *Engenheiros da Vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 485 p.
- KESSLER, Ronald. 1993. *FBI*. New York: Pocket Books.
- KESSLER, Ronald. 2003. *The Bureau: The secret history of FBI*. New York: St. Martin's Paperbacks.
- LOWENTHAL, Mark M. 1992. *U.S. Intelligence: Evolution and Anatomy*. Westport: Praeger. 2ª Ed. 178 p.
- LOWENTHAL, Mark M. 1994. *The U.S. Intelligence Community: An Annotated Bibliography*. New York: Garland Publishing, 206 p.
- LOWENTHAL, Mark M. 2012. *Intelligence: from secrets to policy*. Thousand Oaks: CQ Press, 5ª Ed. 417 p.
- MAY, Ernest R. 1986. *Knowing One's Enemies: Intelligence Assessment Before the Two World Wars*. New Jersey: Princeton University Press, 561 p.
- MCKERCHER, B.J.C; NEILSON, Keith. 1992. *Go Spy the Land: Military Intelligence in History*. Westport: Praeger.
- O'TOOLE, G.J.A. 1988. *The Encyclopedia of American Intelligence and Espionage: From the Revolutionary War to the Present*. New York: Facts on File.
- O'TOOLE, G.J.A. 1991. *Honorable Treachery: A History of U. S. Intelligence, Espionage, and Covert Action from the American Revolution to the CIA*. New York: Atlantic Monthly Press.
- RICHELSON, Jeffrey T. 1995. *A Century of Spies: Intelligence in the Twentieth Century*. New York: Oxford University Press, 534 p.
- RICHELSON, Jeffrey T. 2012. *The U.S. Intelligence*. Boulder: Westview Press, 6ª Ed. 603 p.
- SMITH 1988. *Sharing Ultra in World War II*. International Journal of Intelligence and Counterintelligence, Vol. 2, Nº 2, 1988, p. 59-72.
- THEOHARIS, Athan. 1993. *From the Secret Files of J. Edgar Hoover*. Chicago: Elephant Paperback.
- THEOHARIS, Athan. 1994. *The FBI: an annotated bibliography and research guide*. New York: Garland Publishing, 242 p.
- U.S. GOVERNMENT (s/d). *Intelligence in the War of Independence*. Washington D.C., CIA, s./d.
- U.S. GOVERNMENT. 1996. *Aspin-Brown*. In Appendix A – The Evolution of the U.S. Intelligence Community – An Historical Overview, 25 p. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/GPO-INTELLIGENCE/pdf/GPO-INTELLIGENCE-22-1.pdf>. Acesso em: 20/06/2014
- U.S. GOVERNMENT. 2003. *Compilation of Intelligence Laws and Executive Orders of Interest to the National Intelligence Community*". Disponível em: [http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/congress/intelligence\\_related\\_laws\\_2003.pdf](http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/congress/intelligence_related_laws_2003.pdf). Acesso em: 14/05/2014.
- WARNER, John S. 1987. *Where Secrecy is Essential*. p. 45-64 In: U.S. GOVERNMENT. Extracts from Studies in Intelligence: to commemorate the bicentennial of the United States Constitution. 108 p.

WARNER, Michael. 2009. *Sources and Methods for the Study of Intelligence*, p. 17-27. In: JOHNSON, Lock K. Ed. *Handbook of Intelligence Studies*. New York: Routledge, 382 p.

WARNER, Michael. 2014. *The Rise and Fall of Intelligence: an international security History*. Washington DC: Georgetown University Press. 406 p.

WOHLSTETTER, Roberta. 1962. *Pearl Harbor: Warning and Decision*. Stanford: Stanford University Press, 426 p.

Recebido em: 20 jun. 2014.

Aprovado em: 01 out. 2014.